


Re: PAV vs HB



De

Para

Data

Prioridade

Pedro Almeida Vieira - Página Um <pavieira@paginaum.pt>

Conselho Deontológico <conselhodeontologico@sinjor.pt>

2023-09-29 03:04

Muito alta

 2059435.pdf(~3,9 MB)

Exmos. Senhores Membros circunstanciais do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas:

- Ponderando melhor, e por ser tempestivo, mas mantendo tudo o que disse no e-mail anterior sobre a vossa falta de idoneidade e seriedade, desejo salientar o seguinte:
- a) Não conheço o teor da queixa, portanto, façam o favor de a enviar na íntegra, que é aquilo que entidades responsáveis fazem.
- b) O queixoso deve estar muito preocupado com o prestígio das notícias do Página Um, quando deveria estar preocupado com o que é objectivamente revelado e que me parece indesmentível. O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas parece estar muito preocupado com o meu estilo e não com a veracidade. Fila-me logo pelo estilo, e nem se preocupa em apontar-me falhas factuais; talvez as tenha procurado e nada achado. Uma chatice, não é?
- c) As vossas questões são ridículas, porquanto os dois artigos são suportados por informação constante de contratos públicos sobre os quais coloco as ligações e podem ser confrontados para apurar quaisquer falhas. São FACTOS - e os FACTOS não precisam de contraditório. E como posso eu dizer que estamos perante FACTOS? Porque, enfim, são contratos públicos, escritos e publicados. Falam por si. Não precisam de contraditório. Podem precisar, se o jornalista assim o entender, de um comentário ou pedido de justificação, mas essa é uma decisão que cabe ao jornalista (ponderado o que está em análise), e sobre esta matéria editorial e de análise jornalística os membros do Conselho Deontológico só podem fazer uma coisa: respeitar e estarem caladinhos. Tal como se devem abster de analisar estilos ou adjectivações. E TÍTULOs! Por Toutatis!, o Conselho Deontológico agora quer que se justifique um título? Fazem isso por norma, agora, ou é só para chatear o Página Um?
- d) V. Exa. tresleem o Código Deontológico, o que é lamentável sendo V. Exas. membros, mesmo se circunstanciais, do Conselho Deontológico. Aquilo que o nº 1 do Código Deontológico diz é que "o jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público." Ora, assumindo que contratos públicos são FACTOS (será interessante, e compro já um balde de pipocas, ver-vos a defender que um contrato público com o devido enquadramento no Portal Base não é um FACTO), aquilo que fiz foi relatar com rigor e exactidão e interpretá-los com exactidão. Não encontram nenhuma falha de rigor e exactidão nem nenhum tipo de desonestidade na interpretação desses factos nas duas notícias que escrevi sobre os contratos do Hospital de Braga. Caramba! Com tantas ligações para os próprios contratos?! E com tanta análise quantitativa? Vocês deveriam envergonhar-se por andarem a querer filar um jornalista que coloca o rigor ao nível da análise que eu fiz nessas duas notícias.
- e) Seguindo para a segunda parte do nº 1 do Código Deontológico, sempre direi que não foi feliz quem elaborou essa frase nem quem a aprovou (os jornalistas, presumo), porque um facto só se assume como tal depois de ser previamente comprovado. Não existe como facto e depois necessita de ser comprovado... Isso não faz sentido algum... O nascer do sol não se transforma apenas num facto após ser comprovado, "ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso". Dados estatísticos, tal como contratos, não precisam de ser comprovados; podem ser questionados, podem ser alvo de análise, de auscultação, de obtenção de opiniões, mas isso é um processo distinto... Um facto não é uma pescada de rabo na boca, que antes de o ser já o era, mas que depois de o ser tem de provar que o é. Um facto se é mesmo um facto é independente daquilo que se possa ouvir posteriormente. Aquilo que se pode ouvir, depois de se comprovar um facto (e nestes casos em concreto, os factos são os contratos e as informações constantes no Portal Base, que foram analisados com rigor e honestidade), é então uma mera opinião, e o jornalista tem a liberdade de decidir se é útil ouvir ou não uma opinião. E pode mesmo considerar, e é legítimo, que ouvir opiniões não é justificável face á evidência dos factos - que, neste caso, são contratos públicos. Saliento, não é obrigatório nem deve ser alvo de censura as minhas opções editoriais e jornalísticas, e os membros do Conselho Deontológico devem prescindir de ir onde não devem ir, mesmo se o alvo seja um jornalista como eu que não tem nenhuma consideração pessoal por V. Exas.
- f) Sobre a distinção entre notícia e opinião dever ficar bem clara aos olhos do público, mais uma vez V. Exas. laboram num erro ou então defendem um estilo novi-jornalístico fofinho, onde o jornalista deve ser bem comportadinho e nem sequer pode usar qualquer estilo literário para não ferir uma suposta idoneidade do visado, mesmo se os factos (contratos) mostram o contrário. Quando se diz que a notícia e a opinião deve ser bem clara aos olhos dos leitores, não significa, ao contrário daquilo que V. Exas. parecem advogar, que se for opinião pode escrever-se os maiores disparates e fazer a diatribes que se quiserem. Não. Num texto jornalístico pode o jornalista, sem estar a ferir qualquer código deontológico, dar informação rigorosa e, em simultâneo, adjectivar ou apresentar um comentário que ajude o leitor a melhor compreender o que está em causa. Já defendi isso escrito que fiz no anterior processo, que V. Exas. vergonhosamente quiseram ignorar para melhor me difamarem. O facto de V. Exas. conseguirem, dentro dos textos que publiquei, separar as partes opinativas das partes informativas (valha-vos a inteligência que detêm), constitui per si a prova de que, mesmo com o meu estilo nada bem-comportadinho (que seu que choca muito V. Exas.), a parte de informação e a parte da opinião se mostram bem distintas aos olhos de um leitor pelo menos mediano.
- g) POR FIM, queiram saber que, quando e se me censurarem mais uma vez, o fazem perante a queixa de um administrador hospitalar que, entre outras coisas, conseguiu o prodígio de assinar um contrato no dia 4 de Abril de 2023 que entrou "em vigor na data da sua assinatura", dia 4 de Abril de 2023 (repita-se) e que foi "válido até 31 de março de 2023", conforme consta do contrato que se anexa. Ah, e custou ao erário público 215.063,89 euros. Coisa pouca. Uns trocos. Deve haver, por certo, uma justificação. Mas estamos, antes de mais, perante um FACTO. Ou não? Tenho de o comprovar? Ora, balelas!
- h) ADENDA: Só por, mais um, lamentável mau-gosto e maldade, V. Exas. colocam no assunto do e-mail um acintoso "PAV vs HB", como se estivéssemos perante um mero confronto entre o Pedro Almeida Vieira (PAV) e o Hospital de Braga (HB). V. Exas. ofendem-me e ofendem o jornalismo. Essa vossa postura é nojenta e visceralmente vergonhosa; e é uma OPINIÃO; e é um FACTO. E não há confusão possível para os leitores. E para os jornalistas sensatos, que não deveriam permitir que V. Exas. se mantivessem a conspurcar o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas.

Sem quaisquer cumprimentos, despeço-me com desdém.

--  
Pedro Almeida Vieira  
CP 1786  
PÁGINA UM / Director  
[www.paginaum.pt](http://www.paginaum.pt)  
[pavieira@paginaum.pt](mailto:pavieira@paginaum.pt)  
Tm. 961696930

A 2023-09-25 16:20, Conselho Deontológico escreveu:

Ex.mo Senhor Diretor do \_Página Um,\_

Pedro Almeida Vieira,

Recebeu o Conselho Deontológico uma queixa do Hospital de Braga, EPE, devido a duas notícias publicadas pelo \_Página Um\_, nos dias 12 de junho e 12 de setembro. Nessa queixa o Pedro Almeida Vieira é acusado de, na sua qualidade de jornalista e diretor do \_Página Um, \_ não fazer distinção entre factos e opiniões e recorrer ao sensacionalismo, com o objetivo de desacreditar, desprestigiar e diminuir perante a opinião pública o bom nome” do Hospital de Braga. Considera ainda a queixa que nas notícias publicadas se recorre “a expressões, afirmações e ‘conclusões’ suscetíveis de “qualificar de forma absurdamente desproporcional os membros do Conselho de Administração” do Hospital.

O documento, assinado pelo Presidente do Conselho de Administração fundamenta as suas queixas nas expressões que transcrevemos de seguida e para as quais gostaríamos de chamar a sua atenção, pedindo os seus comentários acerca das razões de facto que as sustentam no contexto de um texto noticioso.

Na edição do dia 12 de junho:

a) A Administração do Hospital de Braga “esqueceu-se” de publicar no Portal Base, durante mais de dois anos, e em alguns casos até mais de três anos, dezenas de contratos de aquisição de equipamentos de protecção individual e de materiais relacionados com a pandemia.

b) O atraso, que curiosamente só atinge aquisições associadas à covid-19, não é um mero pormenor burocrático.

c) Ao fim deste tempo todo, mostra-se agora quase impossível averiguar as condições de aquisição e se as entregas foram mesmo realizadas pelos fornecedores, tanto mais que, como se estava num regime de excepção, tudo foi combinado por ajuste directo e sem redução a escrito.

d) (...) Nem comprovativos idóneos que atestem as quantidades efectivamente entregue pelos fornecedores escolhidos a dedo, e sem critério objetivo, pela administração hospitalar.

e) Três destes contratos milionários de 2020, esquecidos nos corredores do Hospital de Braga, só foram introduzidos no mês passado, em Maio deste ano;

f) os outros, na primeira fase em que tudo era permitido com o argumento da urgência em salvar vidas demoraram, por vezes, mais de 1.000 dias, ficando esquecidos mesmo quando a calma ressurgiu.

g) Ou seja, a transparência foi tão grande que, na esmagadora maioria dos contratos, nem sequer se explicita a quantidade adquirida, e portanto nem se sabe o valor unitário e o nível de especulação de preços.

h) Se correspondeu a material efectivamente entregue e consumido, e a custos justos, aparentemente só com uma investigação policial se encontrará luz.

i) Somente uma instância de investigação policial, ou uma qualquer divindade, conseguirá apurar se estamos perante uma mera negligência ou um esquema ilegal num período onde o dinheiro público era fácil de gastar, aos milhões, sem questionar. Aliás, parecia mesmo mal estar a questionar-se. E houve empresas privadas que agradeceram.

Na Edição de 12 de setembro :

a) No Hospital de Braga não há cá lugar a burocracias.

b) Tudo à “base da confiança”, com dinheiros públicos.

c) O Hospital de Braga usa e abusa da ausência de contratos escritos, alegando sempre urgência.

d) Encontrar contratos públicos no Hospital de Braga aparenta, aliás, ser mais difícil do que encontrar agulha em palheiro.

e) Burocracias deitada porta fora escancarando a janela da corrupção.

f) Pega-se no telefone ou envia-se um e-mail, e está feito.

Da análise preliminar que fizemos dos documentos gostaríamos também que explicitasse a razão que o leva a concluir que "No hospital de Braga é tudo 'à Lagardère'", afirmação que surge em título do artigo de 12 de setembro.

Do mesmo modo, demos conta que nesta edição não houve lugar ao contraditório, ao contrário do que sucedeu na edição do dia 12 de junho. Gostaríamos de saber se houve alguma razão para esta situação.

Gratos pela atenção dispensada, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas

Rua dos Duques de Bragança, 7E

1249-059 Lisboa

[conselhodeontologico@sinjor.pt](mailto:conselhodeontologico@sinjor.pt)

Telfs: 213464354 (chamada para a rede fixa nacional)